

# WORKING PAPER

#637 | 2021

# WWP

## Centenário de Jorge Borges de Macedo, Historiador e Pedagogo

**JORGE BRAGA DE MACEDO**

## Centenário de Jorge Borges de Macedo, Historiador e Pedagogo

### Jorge Braga de Macedo

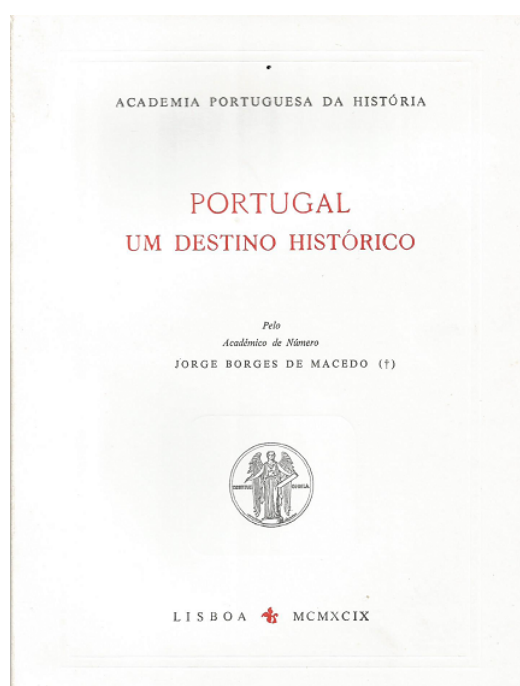
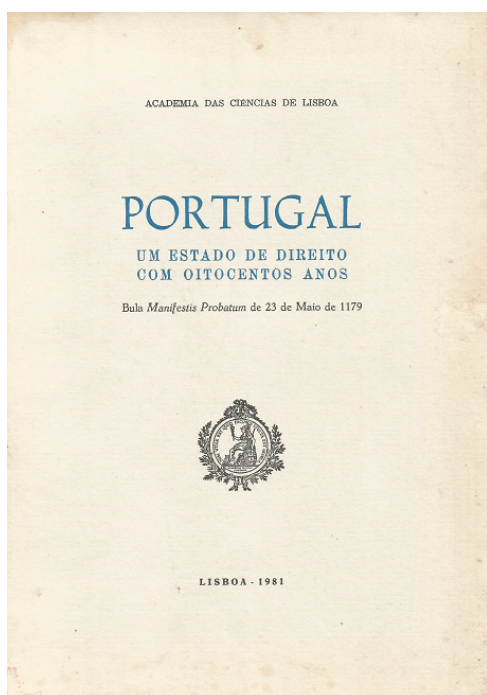
**Resumo:** Este texto junta duas comunicações de meu pai (*Constantes* na Academia das Ciências de Lisboa, *Destino* na Academia Portuguesa de História) com uma Encíclica querida e anuncia a publicação pela Fundação Calouste Gulbenkian das suas *Obras Escolhidas*. Esta iniciativa de minha irmã Branca poderá sustentar debates de ideias que ele tanto promovia, como a sessão comemorativa da APH em 17 de março de 2021, na véspera de passarem 25 anos sobre sua morte, e a sessão da ACL em 13 de maio. São citadas obras decorrentes de eventos em 1998, 2004 e 2005 na APH e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; um conjunto de testemunhos por ocasião dos 10 anos sobre a morte e uma exposição que parte de notícias contraditórias aparecidas quando morreu. A estas 5 capas acrescento agora 3 “não-capas”: um livro de nove ensaios na tradição do homenageado lançado na ACL; uma brochura com citações de antigos professores da FLUL e alunos do curso de estudos africanos, lançada em 2011 no centenário; actas dum simpósio patrocinado pela Fundação Amélia de Mello sobre 150 anos de Angola, Guiné, Moçambique e Instituto de Investigação Científica Tropical, na ACL. Entre as idiosincrasias académicas saliento “Damião de Gago” e “carta à rainha lusófona contra silos e pelo sul global”. Anexos reproduzem fotos e *Constants* revisto.

**Abstract:** This text builds on two celebrated presentations of my father’s (*Constants* at ACL, *Destiny* at APH) and our favorite Encyclical to announce the publication by FCG of his *Selected Works*. This initiative of my sister’s should facilitate debates like those our father was so fond of promoting. On 17 March 2021, on the eve of the 25th anniversary of his death, APH convened a centenary session and ACL will follow suit on 13 May. I selected five covers, three of which from events at APH and FLUL in 1998, 2004 and 2005; including testimonies 10 years after his death and an exhibition of contradictory eulogies. Three “non covers” are now added: a book launched at ACL with nine essays in the tradition of the honoree; a brochure on faces and quotations of former teachers and current students in African studies, launched at FLUL’s centenary in 2011; a symposium held at ACL and sponsored by FAM dealing with Angola, Guinea, Mozambique and the former Tropical Research Institute in a 150 year time span. Additional academic idiosyncrasies brewed at ACL involve a science minister fond of history and fellows writing a *Letter to Queen Lusophonia* about the danger of silos and the promise of the global South. The annexes contain photos and a revision of *Constants of the History of Portugal*.

Preâmbulo: De <i>Constantes</i> a <i>Destino</i> passando por <i>Centesimus</i>	2
Introdução pessoalizante com 2+ tempos	5
1 “A esperança de verdade é mais importante do que esta”	8
2 Euro, bancos e constituição financeira	
2.1. FMI vinga Organização Económica e Financeira da Sociedade das Nações?	12
2.2. Reputação de soberanos e economistas	13
2.3. Constituição, instituições e ideia portuguesa da Europa	15
Conclusão: Continuidades em Angola, Portugal +2 revoluções	17
Referências	19
Ilustrações (referências e fotos)	24
Anexo: Tradução revista de <i>Constantes da História de Portugal</i>	25

### PREÂMBULO: DE CONSTANTES A DESTINO, PASSANDO POR CENTESIMUS

Evocar conjuntamente o 40º aniversário de *Portugal um estado de direito com oitocentos anos: Bula Manifestis probatum de 23 de Maio de 1179*, publicação bilingue da Academia das Ciências de Lisboa e o 22º da reedição pela Academia Portuguesa de História de *Portugal um Destino Histórico*, aproxima duplamente Jorge Borges de Macedo de Joaquim Veríssimo Serrão (1925-2020). Na parte em português daquela obra, os dois capítulos antes da tradução da Bula são “Constantes da História de Portugal” por Macedo e “Portugal um Destino Histórico” por Serrão. A comunicação de Macedo às *Primeiras Jornadas Históricas da Espanha e de Portugal* em 1990, intitulada “Portugal um Destino Histórico”, é dedicada a Serrão “a quem a colaboração cultural luso-espanhola tanto deve” e pelo mesmo foi reapresentada em 18 de Maio de 1999.



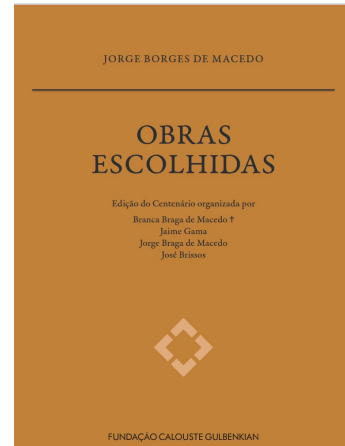
Na sessão solene de 1979, presidida por Ramalho Eanes quando era presidente Luís Câmara Pina, este começou por referir a homília em português na Igreja de Santo António dos Portugueses na qual São João Paulo II (1920-2005) se dirigiu “aos amados filhos e filhas do fidelíssimo Portugal” (em inglês pp. 123-6) mencionando “o ambiente de entusiasmo, de vibração nacional, de orgulho patriótico que então se viveu” (p.8). Neste registo, Macedo e Serrão são dois historiadores que é tão difícil aproximar como afastar, até porque sempre entenderam que deveriam ser eles a situar-se. Aliás, acontece o mesmo com as duas academias que organizaram sessões neste centenário. Passar das *Constantes* ao *Destino* (ou do *Destino* às *Constantes*) pela Encíclica *Centesimus Annus* do mesmo Papa permite aumentar os tempos deste centenário.

Na verdade, quem tenha gosto pela história sob todas as suas formas logo conjugará a aproximação entre dois historiadores portugueses tão diferentes com o papel determinante que dois ex-alunos, historiadora e filósofo, desempenharam na iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian publicar uma edição do centenário de *Obras Escolhidas* (Macedo *et al*, 2021a). Aí se reproduz a magnífica saudação intitulada

“O sentimento e a razão” que, em nome da família, proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa (Macedo, 1997), além dos outros testemunhos.

Vem de longe o espírito de interdependência dos três marcos da comemoração (APH em 17 de março, ACL em 13 de maio e FCG em data a definir) que este preâmbulo anuncia.

A interdependência na economia equivale à sensibilidade mútua dos mercados e políticas nacionais (Cooper, 1965) e também está presente na filosofia política e no terceiro sector (Myers e Barber, 2004). Atrevo-me pois a lembrar três momentos e pessoas que poderão parecer “fora da caixa” do tempo e do espaço. Talvez por isso, têm-me permitido conversar com outros próximos que partiram. Começo pela notícia mais recente, a 31 de março, da morte do saudoso mestre Richard Cooper (1934-2020). Ele que alertou para a relevância da interdependência económica entre os países da comunidade de segurança do Atlântico norte mas nunca acreditou pudesse existir no sul. A sua influência é óbvia em Macedo (1976, dedicado a minha mãe e a minha avó Branca) e também transparece no espírito lusófono de Macedo et al. (2021b). Dick combinava admiravelmente a perícia analítica com interesse pela história e pelas políticas públicas. Não consegui que nos viesse visitar a Portugal antes do verão de 2019 – mas chegou com mulher, filhos e sogros chineses, dando um seminário memorável sobre o crescimento da China na NOVASBE. Almoçamos depois com Manuel Pinto Barbosa, confrade que também foi seu aluno, e Luís Campos e Cunha, seu confesso admirador. Soube da morte a 31 de março, quando a viúva Jin me comunicou a data do memorial prometido por Harvard. Macedo (2020) evoca Manuela Silva (1932-2019) na Igreja paroquial São Tomás de Aquino, concluindo “que, ainda antes de nascer a sua Fundação Betânia sita no extremo ocidental da Eurásia, havia uma gestora planetária na planeadora sublimada.” O terceiro momento está relacionado porque a apreciar a vizinha Manela com Filipe Coelho, seu antigo aluno angolano que me apresentou a Chiara Lubich (1920-2008). Foi em Rimini, em 22 de Junho de 2002, num congresso *em prol da unidade dos povos* no qual falei de trabalhos da OCDE sobre desenvolvimento tendo depois apresentado a tradução “Um povo nascido do Evangelho” na Reitoria da Universidade Católica Portuguesa (Macedo, 2004, 15 de novembro). Recordo o momento ciente de que, tal como aconteceu com a morte da nossa mãe, perder a mana magnificou saudade e esperança.



## INTRODUÇÃO PESSOALIZANTE EM 2+ TEMPOS

Comoveu-me a oportunidade de, *a las cinco de la tarde*, explicitar em menos de cinco minutos anúncios, datas e capas julgadas relevantes para comemorar o centenário de meu pai na APH (Macedo, 2021c)<sup>1</sup>. Comecei aliás por atender ao pedido

<sup>1</sup> 1:52:25-1:57:12 no *streaming* cujo envio atempado agradeço a Luís Silva, assistente técnico da APH. Antes de me ser dada a palavra reconheci o meu sobrinho Francisco que, a partir do Alentejo profundo onde nasceu minha mãe e foi enterrada a sua a 29/02/20, tomou a palavra para agradecer a todos e evocar o avô de quem se lembrava muito bem embora, como referiu, tivesse nascido em 1984. Assim se resolveu a breve confusão com António, neto historiador, que também assistiu mas não interveio.

instante do confrade Manuel Alves de Rocha, da Universidade Católica de Angola, para que a presidente reconhecesse essa proveniência, além de outras extra-rectângulo que mencionou. Dá-me agora a oportunidade de comparar esse exórdio sobre a presença de Angola ao do doutoramento *honoris causa* de Azeredo Perdigão (1896-1993): “Tradição universitária e seu fundamento, ao mesmo tempo que expressão profunda de humanismo, esta certeza de que as habilitações por grau académico não moldam o homem. É este – quando superior – que nelas se exprime” (Macedo 1974; capa 2, p. 243)! Poderão acrescer duas razões à liberdade poética a que me atrevi com esta comparação: 1) José de Macedo (1876-1948, cujo epitáfio “economista e tropicalista” no Cemitério dos Prazeres cito na capa 2, p. 242 n. 22) viveu em Luanda no fim da monarquia, onde escreveu Macedo (1910); 2) eu próprio fiz o serviço militar obrigatório em Luanda (com uns meses em São Nicolau) de meados de 1974 a pouco antes da independência e dei aulas no Curso Superior de Economia, altura em que conheci dois atuais confrades angolanos (Fátima Roque como aluna e Rocha como colega); voltei em missões, nomeadamente 1987 pelo Banco Mundial, PNUD e Centro de Socioeconomia do Instituto de Investigação Científica Tropical. Já presidente do IICT, encontrei Rocha numa conferência na UCAN em 3 de setembro de 2004 tendo ele contribuído para Macedo et al. (2018a e 2021b).

Maria do Rosário Themudo Barata, discípula diletta, lembrou na 3ª comunicação do dia (2021, 3) que as comemorações anunciadas no período que medeia entre o aniversário<sup>2</sup> e o lançamento de Macedo et al. (2021a) são uma forma de “combater o silêncio”<sup>3</sup>. Sugerida a sessão de homenagem na ACL para 13 de maio ao vice-presidente da classe José Luís Cardoso (que assistiu à sessão de 17 de março na companhia de sua mulher, cunhada da minha irmã Branca), a data foi aceite pelo presidente Jorge Barbosa Gaspar, pelo decano da secção, António Dias Farinha e outros confrades com os quais já trocara impressões, como Francisco Contente Domingues (1959-2021) - cuja memória evoco. Menciono ainda o apoio imediato de Vítor Serrão, filho do saudoso Joaquim, Luís Oliveira Ramos e a própria Maria do Rosário, entre os sócios de dupla pertença.

Sérgio Campos Matos, que também assistiu à sessão de 17 de março, aceitou apresentar uma comunicação seguida de breves depoimentos de confrades e convidados. Posto que não habitual, o formato anunciado é apropriado para lembrar quem adorava debater assuntos e rever textos tanto enquanto historiador como enquanto pedagogo<sup>4</sup>. Combinando ironicamente anúncios com datas e capas, vou

<sup>2</sup> À missa dos 100 anos em 3 de março na Igreja de Colares assistiram filho, nora e netos António e João (pai do Zé) tendo o Prior Zé António Ribeiro da Silva suscitado uma troca de testemunhos, durante a qual o neto historiador lembrou que o “avô Jorge” passou a ser o “irmão Jorge”. A 18 de março, dia de São José, na Capela do Mucifal, o Prior lembrou os 25 anos da morte na presença do filho e da nora, que, a 24, marcaram o 73º aniversário da Branca na Igreja do Campo Grande com António e seu filho. Na Páscoa, João escreveu-nos: "Onwards and upwards" - todos de formas diferentes e únicas, todos com erros, omissões e questões - mas acima de tudo - aprender e conseguir SABER CONTINUAR!

<sup>3</sup> Além da viúva Gisèle, que morreu em 7 de maio, há 11 anos, e foi lembrada pela presidente no final da sessão na APH, Branca Rosa nasceu em 10 de abril, véspera do Domingo da Misericórdia, há 103 anos lembrados pelo Prior na Capela do Mucifal na presença do filho, do neto António, da neta Teresa e sua filha Branca. Ana Irene morreu nas Galveias, terra natal de sua mãe, em 19 de abril, há 39 anos, lembrados pelo prior na Igreja da Misericórdia em Colares na presença do irmão e da cunhada (nota 6).

<sup>4</sup> A urna foi trasladada dos Prazeres para o Alto de São João em 29 de setembro de 1998 (Macedo, 2005b, 242 nota 22) ficando o epitáfio na sepultura. Na foto 3 em anexo vê-se a autora da exposição

socorrer-me do “humour” francês e inglês retirado do inesquecível filme *Ridicule*, 1996 de Patrice Leconte”<sup>5</sup> – remetendo para as 16 traduções em 1946-91 (Barata 2004a, pp. 102-4) como justificação adicional. Para dar o exemplo, proponho descodificar Damião e Mocho antes da alquimia de capas, contracapas e “não-capas” de dois netos e FAM.

Mais de metade de *Damião de Góis et l’historiographie portugaise du XVIe siècle*, publicação de estudos apresentada pelo saudoso José Vitorino Pina Martins (1920-2010, dono do retrato junto) é baseada num seminário parisiense que meu pai dera em 1975. Houve uma afinidade electiva com Mariano Gago (1948-2015) quando, em 19 de fevereiro de 2015, elogiou na ACL Manuel Abreu Faro (1923-1999), seu mestre e antigo presidente e se convenceu que era eu o autor perguntando-me onde se encontrava a obra, que queria oferecer a um colega flamengo. Ainda hoje me punge não ter conseguido convencer Mariano, como revelam Macedo (2015b e c, 2016), até porque corrigir as provas foi uma agonia para autor e organizador: “Jorge B. de Macedo a voulu étendre et approfondir sa recherche, puis – c’était son droit – remanier em 1980 son travail, dont l’importance méthodologique et bibliographique est evidente” (p. X)<sup>6</sup>. Uma das razões da querela sobre o método é a importância no pensamento de Góis “duma providência caprichosa e tutelar, fundada na religião, mas sem noção sequer de metodologia histórica”<sup>7</sup>. Feita a diferença entre historiador, cronista e burocrata, resulta que Damião de Góis se afasta mais do primeiro tipo do que do terceiro<sup>8</sup>.



Posto isto (e os dez anos em que Gago me tutelou no IICT), surpreende que, na cerimónia do grande anfiteatro do ISCTE, ninguém mais destacasse o seu “amor pela história pátria e consciência da relação desta com o saber tropical” que nos aproximava – mau grado o que chamei um “desentendimento radical sobre o estatuto científico da economia, e a falta de graça dos dichotes sobre ‘physics envy’ (tão do agrado dos próprios físicos) por parte dos cultores da ciência do desespero” (Macedo 2015b, 2 - sem prejuízo do conforto de confrades de ciências em 2015a).



Do *Festschrift* Farinha (organizado por FC Domingues et al., vol. II, 926 e de novo, com imagem, 1799-800), reproduzo o Mocho dito das *Belles Lettres* que o

---

(apresentada pelo legatário José Brissos) com os pais. O gosto da nora pela erudição e preservação de livros e arquivos (patente em Macedo 1986, 2014) andou de par com a sua dedicação à BN, TT e ACL.

<sup>5</sup> Como descende da *Ordre du Saint-Esprit* a *Légion d’Honneur* do avô, António junta “un peu d’esprit”.

<sup>6</sup> A data varia entre 13 de março, no “Avant-Propos” (datado de 31 de março de 1982, p. XI) e 18 de março, na introdução (datada de abril-setembro, p. XLIII); explicita-se ainda que a composição teve lugar entre 14 de dezembro de 1981 e 30 de dezembro de 1982, período em que morreram minha mãe e irmã mais nova (nota 3). Assim o dedica: “Filiae diletissimae, Annae”.

<sup>7</sup> “Aliás Góis não é historiador”, afirmação categórica que chocou JEP Martins: “Quand l’auteur affirme que Barros et Castanheda sont de meilleurs historiens que Góis, nous sommes tout á fait d’accord, mais il n’en est pas de même lorsqu’il prétend que Góis n’est pas un historien” (p. XXXIII).

<sup>8</sup> Vê-se a mistura de ritos disciplinares, “silo busting” e preferências políticas no episódio *A Casa das Perguntas* do *podcast* Agora, agora e mais agora de Rui Tavares, que comemora os 450 anos do 4 de abril de 1571 transcrevendo o epitáfio de Góis em Alenquer “corri toda a Europa em negócios públicos”!

homenageado oferecera a meu pai e 4 décadas depois me emprestara para “identificar uma das 382 figuras da coleção que a viúva recém-falecida deixou a meu filho João” (1ª *loc. cit.*). Às 5 capas que mostrei na sessão de 17 de março acrescento 3 “não-capas” delas decorrentes e o testemunho “Dever de Consciência” no *Festschrift* Barata (AL Faria e IB Braga coords) que termino afirmando (p. 71) ter visto Maria do Rosário passar “muitas vezes” no escritório citado na nota 15, um exagero<sup>9</sup>. Remato sobre traduções: das 94 monografias constantes de Barata (2004b), só o são duas separatas com rubricas 8519 e 8525. Evocada que foi a magnífica versão francesa com 189 páginas, aquela com 5 páginas em inglês vem revista no anexo 3.



A “não-capa” 1 (Macedo et al. 2009) acena para ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo, título inspirado no primeiro *Festschrift* a Irving Fisher (1867-1947) por Fellner, 1967 (Kei, 2006 faz a recensão do 5º)<sup>10</sup>. Sem prejuízo de muitos mais ensaios nessa tradição, o “Resumo” dos 9 diz “historiadores, economistas e outros cientistas sociais relacionam desenvolvimento económico, regime político e ordem global no caso português” configurando a tradição do título “através de três linhas de força: primeiro, as interpretações que propôs sobre a evolução da economia portuguesa, sobretudo no longo século XVIII, que terminaria com a implantação do liberalismo; segundo, a sua perspectiva metodológica e teórica sobre a história; terceiro, a história baseada numa perspectiva globalizante e numa visão de longo prazo” (p. 7). Aliás, a nota editorial de António Castro Henriques (p. 235) esclarece que não chegaram a ensaios dois textos publicados na versão gravada<sup>11</sup>.

Em 2008, o IICT, quase quatro anos depois de assinar um protocolo de colaboração com a CPLP (na tutela de Graça Carvalho) iniciou uma parceria com Centro Globalização e Governança da NOVASBE e Academia das Ciências para levar a cabo trabalhos sobre a grande crise financeira e uma *Carta à Rainha Lusófona* que aprofunda e alarga aquela que a Academia Britânica escreveu à Rainha de Inglaterra. Assim me familiarizei com uma jornalista financeira doutorada em antropologia que não perde uma ocasião para se reclamar dos “não dançarinos” de Pierre Bourdieu (1937-2002), “segundo o qual o antropólogo deve saber que os camponeses solteiros que não dançavam na França do pós-guerra determinaram mais a dinâmica social do que os dançarinos...” (Tett 2015, p. 25-50).

Para acusar economistas de teorias inaplicáveis na prática e gestores de procedimentos opacos para interessados (numa variante da atitude que acima atribui à multidão reunida no ISCTE) Tett diria que evitam o “silo busting” que ela advoga. No contexto de cartas a rainhas, uso o termo “silofobia” por forma a promover a

<sup>9</sup> A apresentação de Barata (2004a) vem mal datada em Macedo (2005): Outubro (p. 22) e 20/10 (p. 228).

<sup>10</sup> Descobri Fisher em tradução espanhola na biblioteca do avô, longe de saber que iria dar um seminário sobre “Portugal do colonialismo ao socialismo” em Yale, antes de lá me doutorar em economia. Outra coincidência, Fisher tinha casa no Vermont perto do nosso amigo James Galbraith, agora em Austin, TX.

<sup>11</sup> Também se deu o caso do primeiro ensaio ter sido publicado como Cardoso (2013) sem menção da versão original enquanto os autores do 5º ensaio também queriam publicar numa revista com *referee* e pediram autorização ao organizador que os convidou a qual não lhes foi dada...

interdisciplinariedade entre ciências e letras e não apenas entre ciências sociais, as únicas que a Academia Britânica pratica<sup>12</sup>. Além disso, a *CRL* ultrapassa o âmbito anglo-americano ao incorporar *Futuro e História da Lusofonia Global*, organizado pelo malogrado investigador Miguel Rodrigues (1948-2016) com capa criativa de Tiago Ribeiro e prefácio de Lauro Moreira (então embaixador do Brasil na CPLP), lançado na Sociedade Histórica da Independência de Portugal em finais de 2008 e incluindo um blogue de história lusófona do IICT aberto ao património<sup>13</sup>.



Último título do *Projecto Saber Continuar*, a “não-capa” 2 (A Macedo, 2011) evoca Virgínia Rau, Jorge Borges de Macedo, Jorge Dias, Luís Lindley Sintra, Delfim Santos, Orlando Ribeiro, David Mourão Ferreira e Vitorino Nemésio sendo cada um destes antigos professores da Faculdade de Letras “citado com o intuito de reforçar a importância do papel da Universidade no desenvolvimento humano no contexto histórico das lutas de emancipação política na África de língua portuguesa”. A autora também entrevista alunos do curso de Estudos Africanos (regido por José da Silva Horta) acerca da CPLP (que um deles considera “instituição fantasma”...), alude à Declaração de Bissau sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2006 e às consequências da crise financeira de 2008 no sul global. As iniciativas de desenvolvimento que o protocolo entre CPLP e IICT visou proporcionar relativamente ao 8º ODM abarcaram “negócios, ciência e cultura para o desenvolvimento” (conhecidos pelo acrónimo inglês BS&C4D) decorrem desde 2015 do 17º OD Sustentável, já sem IICT. Depois do Instituto fundado com outro nome em 1883, o simpósio sobre “Globalização em Português”, realizado na ACL no quadro das comemorações dos 150 anos do nascimento de Alfredo da Silva, focou relações da CUF com Angola e Guiné, o papel das instituições no desenvolvimento angolano e moçambicano e até lições domésticas. Macedo et al. (2021b), a “não-capa” 3 ajuda a passar para a “lusofilia” - à conta do título ambicioso “globalização em português”.



Voltando ao inglês, e fugindo à dicotomia das capas, mostro a revista britânica que em 2012 opinou, num artigo intitulado “Generation Lusophonia” que o mundo precisa de “a bit of lusophilia” (cit. em Macedo, 2015a, p. 112). Ora não basta apelar ao já citado “humour” francês e inglês para a “silofobia lusófila”



<sup>12</sup> A carta foi assinada Peter Hennessy, historiador e ex-jornalista, e Tim Besley economista citado na nota 29. Mais em J Macedo 2011, pp.91-159; 2015 e 2017, pp. 417-8 (esta a convite do confrade FP Baptista que se congratulou com a sessão depois de Francisco mas antes de me ser dada a palavra).

<sup>13</sup> “Não esquecer Bissau” (“não-capa” 3), “Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global” in IICT, 2010 e Macedo, 2018b onde coligi escritos como “O Espírito da Lusofonia Global em António Braz (1917-98)”, Jill R. Dias (1944-2008), “Ultimato e lusofonia global”, “Lusofantasmas nos lados do Campo Grande”, “Antevendo Mais Lusofonia” (este inspirado no prefácio a Figueiredo, 2018), etc.

conotar estas “não-capas” - implícitas na sessão comemorativa da APH (Macedo, 2021c, que reproduz cinco capas, a saber Barata, 2004a; Macedo, 2005b; Câmara, 2019; A Macedo, 2010 com contracapa; Faria, 2006).

Há que voltar ao assunto, retirando da “não-capa 3” que as conclusões políticas da política económica não se podem escamotear, como aliás bem lembra *Centesimus Annus*, nº 48: “A actividade económica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes.” (citado em Macedo, 2005a).

Feito o anúncio de 13 de maio para ACL e devendo Macedo et al. (2021a) seguir-se proximamente, recordam-se eventos pretéritos que ocorreram em dois sítios paternos lisboetas, APH e FLUL. Não assisti ao que remeteu para as comemorações dos 150 anos do Banco de Portugal, mas a leitura do grosso relatório (Câmara, 1998) permitiu-me visitar publicações primeiras e a decisão de estudar economia monetária internacional na costa leste, tomada entre Woodstock e Manhattan<sup>14</sup>. Lembrei os antecedentes da partida para Yale em 1971 no último capítulo de Serrão et al. (1992), texto saudosista cuja economia é tributária do colóquio preparatório da Encíclica<sup>15</sup>. Quando, em 16 de Outubro de 1978, Carlos Diaz-Alejandro (1937-85) me anunciou no seu escritório que o novo papa era polaco estava longe de pensar que o iria conhecer no Vaticano, onde, graças ao cardeal argentino que acompanhava a Academia Pontifícia das Ciências Sociais, consegui que autografasse a minha cópia de *Centesimus*. Continuei a tentar compreender o processo de desenvolvimento como “esperança” no sentido de, ao nível local, nacional ou multinacional, procurar soluções de governação que tornem a globalização inclusiva (Macedo, 2001, 253) incluindo o 8º ODM, sobre o qual falei na ACL em 27 de maio de 2004, comunicação intitulada “A Parceria Global para o Desenvolvimento - Uma perspectiva lusófona”. Terá sido por essa altura que a nora atenta me fez descobrir a contribuição do sogro - cuja tradução inglesa revi e anexo – mas não me lembro de jamais termos falado da *Centesimus*...

## 1 “A ESPERANÇA DE VERDADE É MAIS IMPORTANTE DO QUE ESTA”

Ana Leal Faria (2007a, 104) apresenta a citação do título repetida nos estudos em homenagem a Maria do Rosário chamando-lhe “discípula dilecta da discípula dilecta” (Faria e Braga, 2007b, 70-1). Barata (2021) percorre a “busca da sabedoria” “deste Formador (na designação que escolheu para si...)”<sup>16</sup>. A única vez que recordo meu pai partilhar uma alegria profissional como tal teve a ver com a APH, mas não sei precisar se era a eleição para sócio em 21 de março de 1969 ou a ascensão “à cadeira nº 19 em 19 de Junho de 1972” (Barata 2004, 49). A proposta de 1968 viera de Serrão, que conheci em 1973, na Igreja de Santos-o-Velho por ocasião do velório da minha avó paterna. Vindo da recruta em Mafra, impressionou-me o seu voluntarismo. Não adivinhei a complementaridade de feitos com meu pai, que agora me parece óbvia,

<sup>14</sup> Lembrado cinquenta anos depois no *Correia da Manhã* de domingo 11 de agosto p. 34 e NYC p. 38.

<sup>15</sup> “É a conclusão final do colóquio do Vaticano e serve de esteio a esta homenagem ao Professor – que é também a saudade desse escritório concreto onde estudei nas férias da Páscoa em 1968...” (p.622).

<sup>16</sup> Formador seria mais rigoroso do que pedagogo em sentido literal até porque “pedagogue” tem uma conotação pedante em inglês. Porém, prefiro o epítáfio que acordei com a viúva, professora liceal.

porque as recordações se referem à minuciosamente descrita sessão de 1 de março de 2000 da APH. No discurso de encerramento, aludiria de modo vernáculo e emotivo às diferenças relativas à “concepção da obra histórica” (148), concluindo com a convicção de que “a cultura portuguesa do nosso tempo (o) há-de sempre lembrar...como um dos mais dignos e prestantes servidores que teve no século XX” (150).

Embora este proto-ensaio seja guiado por capas e “não-capas”, é devida nova menção a JVP Martins, saudoso presidente da ACL onde fui eleito sócio correspondente em 27 de novembro de 1997, por proposta do decano da secção de economia, António Manuel Pinto Barbosa (1917-2006) que participou no evento de 1998 descrito no prefácio a *Câmara* (2019)<sup>17</sup>. Ainda por sugestão de Pina Martins, fiz parte, com Luis Oliveira Ramos e Jaime Reis, do júri dos prémios Fogaça<sup>18</sup>. Em 14 de novembro de 2013, recebi o número daquele que sempre chamei Barbosa pai em sessão conjunta com o confrade Armando de Lencastre (1924-2017), saudoso vizinho na paróquia de Colares. No prefácio ao seu alfa e omega (2012, pp. 13-6) voltei à Bula que tornou Portugal um estado de direito internacional, tendo também em mente o “tridoc” do nosso confrade Paul Krugman (que tão bem se entendia com meu pai e vice-versa)<sup>19</sup>.

Remeti assim para a *Carta à Rainha* decorrente do projecto conjunto das duas classes da ACL acerca da crise global, admitindo “que o pensamento de grupo pode ter prevalecido tanto em instituições financeiras complexas, como nos seus supervisores. Quando os epígonos da globalização esquecem o bem comum global, a evolução não pode fazer a economia da fé!” Ao superar o “pensamento tribal”, a *Carta* pretendia pois aumentar “o conhecimento mútuo entre oito países muito diferentes que partilham uma história e língua comuns”, sendo que esta última pertença não pode excluir a geografia. Assim, para Portugal, tentei escorar o bom governo na certeza das liberdades futuras (política certamente mas também financeira) e das pertenças presentes (europeia certamente mas também lusófona). Admitindo embora que “os portugueses...sempre tiveram a capacidade... de usar a independência política em defesa do bem comum” (Macedo, 1981, p. 45-69), devo reconhecer a diversidade com outras interpretações “hispanicas” (Macedo 1990, p. 317) ou da CPLP (“não-capa” 2).

Como se disse, a “não-capa” 3 vela pela parceria euroafricana, dez anos depois. Infelizmente, houve pouco interesse no bem comum em países afro-lusófonos e as presidências portuguesas da União Europeia não têm adiantado na aproximação dos dois continentes patente na capa escolhida para este volume da FAM, inserido como se disse nos 150 anos do nascimento de Alfredo da Silva - que incluem 132 do IICT. Em 2015, os investigadores espalharam-se pelas faculdades da ULisboa e as colecções científicas concentraram-se nos Museus mas em 2020 surgiu o Colégio Tropical e o Arquivo Histórico Ultramarino da Direcção-Geral continuou sem financiamento: a “não-capa” 3 parece achar que é cedo para avaliar aquela escolha política, talvez por causa das exigências da pandemia.

<sup>17</sup> Ocorreu antes de ser nomeado presidente do Centro de Desenvolvimento da OCDE, donde regresssei em 2004, para presidir ao IICT. Passei a efectivo em 29/01/08, embora a decisão viesse de 2007.

<sup>18</sup> Nomeado em 8/02/02, o júri reuniu a 20/02, 19/03 e 12/04 mas Serrão não logrou participar.

<sup>19</sup> Por causa de George Orwell e não só. Barata (2021, p. 4) recorda a conferência “Orwell e o profetismo do século XX”, 1984. Note-se que, para melhor centrar as guerras culturais entre economistas, Krugman prefere ‘amplificação incestuosa’ a pensamento tribal (Macedo 2013a). As citações vêm do prefácio cit.

Voltando às *Constantes e Destino*, Barata (2004a) considera esta uma das comunicações mais emblemáticas de meu pai, “símbolo de toda a sua obra e da própria missão pessoal que recebeu como destino”. Na apresentação de 1999, Serrão reitera “a profunda indagação que punha no exame dos problemas...a que se juntava saber feito de erudição e argúcia<sup>20</sup>. Ambos usam a citação escolhida para descrever as iniciativas levadas a cabo por Centro de História da FLUL e IICT entre 2004 e 2009: “Nós sabemos que os valores se perdem, quando se esbate a dignidade com que são defendidos e se plastifica o contexto em que são vividos ou com que se defendem. Torna-se indispensável restaurá-los para cada contexto. Saber continuar”.

A Macedo (2005b, 251 nota 30, 252 nota 31, internacionalismo para além da circunstância, 253) segue-se o 19º e último dos eventos do *Projecto Saber Continuar*, estando os anteriores listados em Macedo (2010). Isto, claro, sem esquecer a “tradição” de Macedo et al. (2009) pela “silofobia” e Macedo (2011) pela “lusofilia”<sup>21</sup>. Em Macedo et al. (2021b), “globalização em português” substitui “lusofonia global” (cujo futuro e história interessou IICT e CPLP, ver Rodrigues, 2008 e nota 13) embora seja mais difícil de perceber em inglês do que “global lusophonia”...

O projecto de “saber continuar” a tradição de Jorge Borges de Macedo (aprovado em 15 de dezembro de 2004, na “15ª Reunião de Direção e 3ª alargada à Coordenadora do Científico”, graças a patrocínios da Fundação Maria Manuel e Vasco de Albuquerque D’Orey e da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, conforme agenda do presidente do IICT) permitiu a reedição de *A Experiência Histórica Contemporânea*, 1994. Porque “dizia bem do 25 de abril”, essa foi a obra mais elogiada por João Medina no lançamento de Barata (2004b), na presença do confrade reitor José Barata Moura e outras autoridades académicas<sup>22</sup>. Seguiu-se em 22 de junho a Mesa Redonda *Saber Continuar*, na qual intervieram o presidente do Instituto de Defesa Nacional, que viria a apoiar Macedo (2006), edição aumentada da *História Diplomática Portuguesa*; Álvaro da Costa Matos, autor da 2ª comunicação na APH

---

<sup>20</sup> Apresentação, p. 16. Esta é a única publicação de que recebi 3 exemplares. Os 2 primeiros oferecidos a 16/12/91, data da última lição de meu pai, cuja oração ele proferiu (Serrão, pp. 7-10) e vem reproduzida no *Itinerário*, mencionando “um destino para outro destino” e outro referindo “esta primeira versão de um destino a continuar”, acrescentando “para a Luísa do seu também do coração Tio” e para ambos “com todos os votos de felicidade e boa consciência”. O 3º vem com um cartão irónico de 25/05/92, dizendo “Aqui vai o suplício de que só precisas torturar-te com as páginas finais. Não para o padre nosso...”. Com a morte de Gisèle, chegou-me um 4º exemplar, a ela dedicado, e também a reedição de 1999, com o retrato a óleo de Mestre Jacinto del Caso onde enverga as vestes académicas em que foi enterrado. A ajuda do Instituto da Cooperação Portuguesa, presidido por Eugénio Anacoreta Correia em 1999-2001, é mencionada e agradecida.

<sup>21</sup> Macedo (2010, 6-7) actualiza a lista de eventos anexa à “não-capa” 1 pp. 24-5 com o lançamento desta. Ocorreu primeiro na sessão conjunta de 18/03/09 (apresentada pelos confrades Luís Aires de Barros e AD Farinha) e depois na Universidade Católica em 03/06/09. O neto historiador promoveu uma recensão em inglês por Rodrigo da Costa Dominguez, ainda inédita. Em “Mais vento de Hespanha”, *Futuro e História*, cit. p. 186 respondi a uma polémica na revista *História* sobre a expressão lusofonia que também visava Franz-Wilhelm Heimer e Boaventura Sousa Santos, *strange bedfellows* mas amigos.

<sup>22</sup> Macedo (2005b) também inclui um DVD do *Legado* (que, como notado em Barata 2021, se revelou precioso para @s bibliotecári@s da FLUL – e não só) com as alocações de director, sucessora e filho. A “intervenção arrebatada” (capa 4, p. 14) do confrade Reitor (de quem me lembro com sua guitarra nos recreios do LFCL) contrastou com o silêncio das autoridades e do Ministério (representado por Armando Trigo de Abreu 1940-2017). Quanto à mesa redonda (Macedo, 2005b, 103-225) desdobrou-se em 4: Política Externa, Europa, “É preciso sabermos ter memória!”, Liberalismo. Ver abaixo *in fine*.

(Matos, 2021); investigadores do IICT; legatário e moderador. Em B Macedo (1997, reproduzido em 2021a) o elogio em nome da família termina assim: “Acredito na perenidade de algumas vidas, cuja utilidade do testemunho se pode estender muito longe no tempo. O meu pai é uma dessas vidas”.

Voltando a *Portugal: Um Destino Histórico*, a oitava e última secção, intitulada “A Crise do Destino” prossegue o tema da opinião pública várias vezes aflorado em *História Diplomática* (por ex. a propósito da expulsão dos jesuítas). Desta feita, porém, centra-se no atraso da industrialização na península (p. 312), porque, “na sensibilidade portuguesa do princípio do século XX, o tema... ia ao encontro do problema sobre se Portugal era, ou não, capaz de levar a efeito um projecto de desenvolvimento que lhe desse uma equiparação de presença nacional idónea, na cultura e na vida pública internacionais, como tinha no passado e que o seu ‘atraso’ tinha feito perder. O país aceitou a República democrática porque a supôs capaz de levar a efeito as medidas fundamentais nesse sentido. E pela mesma razão aceitou a Ditadura Militar de 1926 e deu depois o seu longo apoio ao Estado Novo.” Continua: “O 25 de Abril de 1974 teve, por detrás das suas motivações mais difundidas, uma ideologia de desenvolvimento. A viabilidade em o conseguir pelo caminho que julgava ‘moderno’ era, desde havia muito, sabida como inexistente, logro completo que só podia interessar a quadros políticos em absoluto ignorantes do que durante mais de cinquenta anos se tinha passado com propostas daquela natureza em todos os casos, desde a URSS a Cuba” (p. 315). Mais citações sobre o destino das nações, que “são corpos complexos da globalidade exigente e variável dinamismo: antiguidade é a expressão da sua capacidade desafiada que não raro se opõe à eficácia do voto imediato, mesmo que este seja necessário para verificação de uma evolução possível” (p. 316). “Os ideais são universais, as realizações não o podem ser. Só existem como nacionais ou específicas.” (p. 317). No fim do artigo (p. 318), talvez se possa radicar o “internacionalismo para além da circunstância” na integridade do concreto nacional: “Na igualdade dos valores e na diversidade da sua percepção, o nosso destino histórico é alcançar a paridade do desenvolvimento para a intensificação da nossa diferença acumulada e natural. Sempre a exploração do risco da nossa diversidade, no ‘à-vontade’ da nossa independência. E manifesta-se na paridade sempre conquistada e no seu exercício, como poder político”.

É nesse espírito de “desenvolvimento como esperança” (Macedo, 2001, 223) que repito a conclusão de Macedo (2005b, p. 254) acerca de “semanas a conversar com o meu pai”, agradecendo a José Brissos ter-me facultado elementos que não constam do *Elogio*. Em 1995, meu pai participou em doze conferências, das quais saliento uma em 10 de fevereiro no IDN, ainda inédita, outra na RTP em Abril sobre os Três Ds, outra ainda, a última, em 12 de outubro, na evocação do Embaixador Franco Nogueira no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Quando finalmente se publicou a comunicação que apresentara em abril de 1992 sobre o modelo português de “exportação do Estado” (Macedo, 1996 última na lista de Barata 2004a, 89), debatemos uma explicação dos últimos duzentos anos da nossa história em termos da combinação entre liberdades e pertenças que fui afinando em homenagens sucessivas a Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), Pedro Soares Martínez (1925-2021), João Lumbrals (1905-75) e Francisco Lucas Pires (1944-98), além de usar o título *Bem Comum dos Portugueses* que na altura me sugeriu. Percebo

agora que deixar implícitos os direitos e deveres associados a liberdades e pertenças está nos antípodas da governação distante praticada das ilhas atlânticas a Goa, Macau, Baía e Luanda (Boxer, 1965), razão pela qual a abordagem lhe terá parecido bisonha. Depois de 25 anos de estagnação económica em Portugal, não se espera interesse no bem comum em países afro-lusófonos nem na parceria euroafricana em tempo de pandemia - para a qual a 4ª presidência portuguesa nada adiantou, como previa a “não-capa” 3 e confirmam notícias subsequentes<sup>23</sup>. É que, embora saliente continuidades africanas, Macedo et al. 2021b está ancorado na revolução portuguesa e nas independências da Guiné, Moçambique e Angola, elas próprias resultantes de revoluções. Ao tema volta a conclusão, depois de abordadas decorrências da capa 3.

## 2 EURO, BANCOS E CONSTITUIÇÃO FINANCEIRA

### 2.1. FMI vinga Organização Económica e Financeira da Sociedade das Nações?

Ao contrário das capas 1 e 2, referentes a eventos em 2004 na APH e 2005 na FLUL nos quais tive participação activa, não me foi dado assistir ao anterior na APH - por ocasião do 150º aniversário do Banco de Portugal. João evocou então o seu avô governador Inocêncio Camacho e o prefácio do presidente Serrão (Câmara, 1998, 14) proclama que assistiram, “entre outras figuras”, dois Governadores do Banco de Portugal, António de Sousa e Barbosa pai, identificado como antigo Ministro das Finanças. Câmara (2019, 12 nota 6, 56 nota 2) refere o evento, sem esquecer o convite que recebeu em 1982 para escrever a história do que veio a ser o Banco Fonsecas & Burnay. Esclareceu-se a articulação em exclusivo desse banco com o Ministério e o *National City Bank of New York* pela “amizade sincera” de Mário Luís de Sousa com Albert M. Travers, que se ofereceu para traduzir um texto escrito por Salazar para *Foreign Affairs* (ibid., 224 e dois anexos a confirmar que nunca foi enviado).

Como lamento no prefácio (44 nota 60), nada consegui apurar sobre estes banqueiros junto da arquivista do Citi, apesar da sua indiscutível motivação e competência. GK Weeks, chefe de Travers, parecia empenhado na operação portuguesa mas era responsável por muitos países e o negócio internacional começou a perder peso em 1928 (Cleveland e Huertas, 1985). Pior, as nossas fracas “raízes sociais da reputação financeira” não permitiam a condicionalidade da Sociedade das Nações (ibid. 15 nota 16): em anexo ao prefácio, relaciono o mercado internacional de capitais com liberdade financeira argumentando que os anos 1960 iluminam os 1920, não só tornando a República pioneiro improvável das euro-emissões mas também ilustrando resistências da finança internacional e doméstica que demonstram a continuidade dos nossos problemas monetários e financeiros. Esse é aliás o propósito da pergunta acima (ibid., 41-4), quer se responda não ou talvez, já que o sim não cabe.

Organizei o lançamento na ACL a 31 de outubro de 2019 da capa 3, conforme desejo expresso do autor, cujo pai e avô tinham sido sócios da classe de ciências, como o presidente Carlos Salema recordou antes de ceder a presidência ao decano da

<sup>23</sup> Segundo <https://www.noticiasaminuto.com/mundo/1732886/ue-e-acp-concluem-negociacoes-de-novo-acordo-de-parceria-pos-cotonu>, rubricou-se o acordo com a nova Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico; segundo <https://www.dn.pt/internacional/espanha-aposta-em-africa-analistas-criticam-passividade-de-portugal-13537178.html>, a vizinha Espanha está mais activa em África.

Academia e da secção de direito, meu saudoso mestre que evocou Salazar e deu a palavra a Gonçalo Sampaio e Melo, seu confrade e amigo<sup>24</sup>. Reitero agora o interesse desta problemática de moeda, câmbios e orçamento que estudei, lembrando, sem pretensões, que me coube superintender a negociação de empréstimos externos depois da adesão ao Sistema Monetário Europeu em Maio de 1992 e da restauração da convertibilidade plena do escudo em Dezembro do mesmo ano, depois de mais de cem anos de inconvertibilidade (exceptuadas aquelas semanas em 1931).

Mais, escolhida a cadeira nº 18L do “Economista e Governante” (Macedo, 2013b), posso não só citar a “comunicação televisada do Ministro das Finanças sobre crédito externo de 23 de maio de 1962” para salientar a “projecção pública do problema” e o parecer da Câmara Corporativa sobre a Lei de Meios para 1969 de que foi relator “em que aparecem de maneira bastante completa as disponibilidades em ouro e divisas” (Macedo 1970, 33-34 e 443 resp.) mas também inserir nas referências três dos seis textos oficiais relativos aos programas de convergência e orçamentos apresentados ([www.jbmacedo.com/mf.html](http://www.jbmacedo.com/mf.html)), para ilustrar a “colaboração institucional entre Terreiro do Paço e Rua do Comércio” (prefácio a Câmara 2019, 44 nota 59).

O “escudo forte” depois de Abril foi assim seguido de resistência às reformas decorrentes da mudança de regime cambial depois de Maastricht. Resistência tal que permanece ambígua a constituição financeira numa lei fundamental com vigência mais longa do que a de 1933 - e sem perspectiva de revisão no sentido de proteger a abertura e flexibilidade da economia nacional perante a globalização. Embora este diagnóstico do bloqueio constitucional, ou da ilógica do sistema subjacente, me acompanhe desde o início, e o tenha reiterado em Macedo et al. (2020, 523-67), vale seguir Macedo (2019), na parte que não consta do prefácio anteriormente glosado.

## 2.2. Reputação de soberanos e economistas

Tornou-se um lugar-comum dizer que a reputação cresce gradualmente mas perde-se num ápice. Se é assim para as pessoas singulares e colectivas, que dizer dos soberanos, assim chamados por não poderem ser obrigados por tribunais domésticos a honrar os seus compromissos para com credores estrangeiros? Saber servir uma dívida externa é tão importante para a notação de crédito quanto a capacidade de arrecadar impostos, sendo que só esta permite voltar ao mercado depois de uma bancarrota. Ao longo de 500 anos, Portugal registou uma em 1560, muito menos do que Espanha ou França. Depois da Revolução, porém, inverteu-se a situação francesa e Portugal passou a ter bancarrotas sucessivas – quase tantas como Espanha (Macedo, 2014a, 1787).

Como explica Arola (2006), a Finlândia soube aproveitar a autonomia financeira dentro do império russo para adquirir a reputação da metrópole sueca, o que muito a ajudou nos anos 1920 - quando Portugal ainda se esforçava para isso. Certo que a culpa não é de todos os economistas (nem será dos historiadores?). Nas descendências daqueles depois de Abril, académicas e não só, é de citar José da Silva Lopes (1932-2015), o não-doutorado que chamou o grupo do MIT (incluindo Miguel Beza, Paul Krugman e outros doutorandos) em 1976 e sucedeu a MJ Nunes enquanto Governador (e também, mais de 4 décadas depois, enquanto académico efectivo). No já citado

---

<sup>24</sup> Amigo de Francisco, obreiro do projecto (ver mais em Macedo 2021a). O prefácio de Câmara, 2019 (alargado em Macedo, 2019) alude ao lançamento de Câmara, 1998, “magnífico volume de 300 páginas” (precisamente 349) dedicado ao seu avô materno, sendo que o paterno é bisavô de Luiza Macedo.

livro da ACL (Macedo, 2018a patrocinado pelo BFA e dedicado a minha mãe no seu centenário), junto Barbosa pai, Jacinto e Beleza como os “quatro ases” do ensino e prática da macro de economia aberta.

JS Lopes, a quem chamei “confrade relutante” (Macedo, 2017a) não chegou a elogiar o seu predecessor na cadeira nº 28, entretanto renumerada nº 8L. Jaime Reis, que o elogiou em 26 de abril, referiu brevemente MJ Nunes mas calou que este sucedera em 1976 a Fernando Emídio da Silva (1886-1972)<sup>25</sup>. Ora deve-se ao vice-governador do Banco de Portugal a imediata estabilização do escudo com o esterlino inconvertível (Silva, 1937 citado no *Festschrift* Teixeira Ribeiro 1908-97 como Macedo 1980, 15 nota 8). Em Macedo et al. (1994, 246) até Fernando Teixeira dos Santos salienta a boa aceitação da medida na comunidade empresarial<sup>26</sup>.

Tendo sucedido a Barbosa enquanto decano dos economistas portugueses, Jacinto renovou a secção de economia e finanças depois de 2008, quando o nosso despilfarro orçamental, acompanhado de corrupção, levou ao descontrolo da dívida. Recorde-se que o século começou com uma oposição que já tinha sido observada nos debates entre os dois candidatos a Primeiro-ministro durante a campanha eleitoral de 1985: indiferença relativamente à dívida externa por parte de Vítor Constâncio, Governador do Banco de Portugal que equiparava um país da Zona Euro a um Estado federado, ao contrário de Cavaco Silva, Primeiro-ministro responsável pela entrada do escudo no Sistema Monetário Europeu durante a presidência em que se criou a União Europeia.

Jacinto morreu em 14 de julho de 2014. Fiz o curto caminho da Basílica da Estrela ao Cemitério dos Prazeres com o P<sup>e</sup> Vitor Melícias, que oficiara; este aceitou evocar a memória dele com a secção de economia da ACL. Embora não se tenha proporcionado tal evento, dois confrades co-autores de Jacinto, JL Cardoso e Manuel Porto, publicaram postumamente uma obra comum e citei-o ao elogiar Paulo Pitta e Cunha, actual decano da secção de economia. Lopes recebeu muito tributos e condecorações, incluindo um *Festchrift* onde se fala de 1931 (Mendonça et al. 2018). O centenário de Barbosa pai foi marcado pelos filhos. Será isso por ter recrudescido a visão benigna das consequências económicas do 25 de Abril relativamente ao que se julgava ser o consenso entre economistas<sup>27</sup>? Pela minha parte, julgo demonstrado que a mudança gradual de regime cambial entre 1988 e 1992 permitiu a adoção do euro mas manteve

---

<sup>25</sup> Prefaciou Câmara, 1968 considerado “obra de juventude do autor”, Câmara, 2019, 11. *Ibid*, 15 nota 17 afirmei precipitadamente que J Reis cumpriu a praxe académica ao referir Jacinto no seu elogio a S Lopes, não tanto por ser praxe mencionar todos os antecessores mas pela relevância de Emídio.

<sup>26</sup> Viria a presidir ao ECOFIN na 3ª presidência (2007), tal como o malogrado Joaquim Pina Moura (1952-2020) presidira na 2ª (2000) e João Leão preside à 4ª, em curso. Curiosamente, Mika Arola, que menciona a correspondência trocada entre o Ministro das Finanças Risto Rivi (1889-1956) e o nosso conhecido Weeks (*ibid*. 155 nota 324 e 69-70), não regista a saída do escudo do padrão-ouro (*cit*, 178).

<sup>27</sup> Assim, o programa do MFA começa com três considerandos interpretados como os três Ds, seguindo-se no Verão quente o documento dos nove, quando já era evidente que o terceiro, desenvolver, era “O D esquecido”, como lhe chamei no *Semanário*, A Mão Invisível (03/03/84), termo recuperado numa história do nosso “neoliberalismo” pelo Canal CES (09/03/20) para enaltecer a revolução económica e social de 1974 e apoucar as ideias liberais importadas dos EUA para universidades como Católica e Nova, “hoje desacreditadas”(!) mas que interesses privados e instituições nacionais, europeias e internacionais têm conseguido preservar, impedindo nova revolução...É notória a desatenção à história empresarial escrita antes de Abril (citada no contexto da inter-relação entre liberdade e constituição financeira em Macedo et al. 2020, 550-67). O mesmo se diga da literatura citada no texto, segundo a qual a corrupção tem uma interacção negativa com a globalização.

o processo orçamental fragmentado, além de tolerar um rápido aumento da dívida externa, obrigando a um novo programa de estabilização para evitar a bancarrota em 2011<sup>28</sup>. Depois de uma “saída limpa” da austeridade imposta pelos credores, assistiu-se à “reversão” de muitas das reformas estruturais que tinham aberto a economia nacional. Sem surpresa, o crescimento económico era anémico antes de eclodir a crise sanitária e se perfilarem emergências climáticas e geopolíticas. Quem ache que o FMI só interessa a financeiros esqueceu pois a necessidade de lidar com a Sociedade das Nações para resolver questão cerealífera, cambial e colonial ou com o sistema onusiano para questões equivalentes.

### **2.3. Constituição, instituições e ideia portuguesa da Europa**

A história financeira internacional ganha em ser cotejada com a constitucional de cada emitente soberano porque o elenco dos textos legais não chega para determinar a “constituição da política económica”. Esta foi proposta na Lição Nobel de James Buchanan (1919-2013) como um contrato voluntariamente aceite pelos cidadãos em condições de incerteza, por causa das implicações negativas da dívida pública sobre gerações futuras de contribuintes. Dito de outro modo, a cultura cívica tem implicações para a boa governação presente e futura. A reciprocidade fundamental entre os cidadãos pagarem impostos e utilizarem serviços públicos leva cada contribuinte a subavaliar a utilidade do bem público, porventura convicto de que outros podem pagar. Daí decorre, naturalmente, o provimento insuficiente, que prejudica a comunidade no seu todo, e comunidades vizinhas, degenerando em ditadura, anarquia porventura em alternância. Este raciocínio aplicado a nações-Estado explica a relação causal inversa encontrada entre medidas simples de globalização comercial e financeira por um lado e de corrupção aparente por outro que em tempos apresentei no Vaticano (Macedo, 2001, 247).

Hoje existe uma literatura viçosa sobre maneiras de evitar essa degenerescência, através da melhoria do funcionamento das instituições. Isto porque a qualidade destas é vista como determinante para o desenvolvimento embora não para o crescimento económico, com base quer em história comparativa quer na análise política da economia<sup>29</sup>. Nestas abordagens, a relevância para a vida dos cidadãos das matérias fiscais, financeiras e monetárias presentes na lei fundamental radica em processos, não necessariamente explícitos, nos termos dos quais o Estado arrecada recursos privados através de impostos, para os distribuir através de subsídios directos ou indirectos. Sendo assim, a cultura cívica sustenta a constituição em termos que decorrem da história financeira e fiscal e tem implicações para o futuro próximo. Em particular, reflecte implicações externas que se tornam determinantes em caso de crises de pagamentos, como nos aconteceu de novo em 2011.

---

<sup>28</sup> De muitos textos escritos sobre este processo, bastará citar os referentes ao pensamento económico subjacente e ao modo como este foi internalizado no Banco de Portugal e nas “novas” universidades (Macedo, 2008; 2018a, nota 3; 2019), ao contrário da narrativa mencionada na nota anterior.

<sup>29</sup> Bastaria citar, respectivamente, Acemoglu e Robinson (2012) e Besley e Person (2011), não tivesse Tim Besley (2019) mostrado como a cultura cívica ajuda a criar uma Estado fiscal efectivo que equilibre as recompensas relativas dos cidadãos responsáveis e dos que chamam “materialistas”, em vez de presumir que o governo tem poder suficiente para tributar, regular e aplicar a lei. Ao radicar a reciprocidade nas preferências individuais, especifica um círculo virtuoso de “reciprocidade positiva” a que correspondem níveis elevados de desenvolvimento.

Embora Brunnermeier et al. (2016) considerem a estabilidade financeira “enteada de Maastricht”, a libertinagem e irresponsabilidade bancárias em Portugal devem ser assacadas às autoridades nacionais, como reiterei em Macedo et al. (2020, loc.cit). Veja-se que esse choque entre a liberdade política e financeira podia ser atenuado por acordo entre os dois principais partidos pró-europeus, mas isso só aconteceu depois da queda do muro de Berlim. Caso nasça uma maioria constitucional materialista e anti-europeia, a tensão causada no regime ameaça a cultura cívica: tornou-se evidente em 2015 que a integração monetária europeia não consegue superar essa tensão, porquanto se atingiram as metas orçamentais comunitárias apesar de a qualidade dos serviços públicos se ter deteriorado por falta de investimento e de transparência na governação.

O aludido debate sobre a dívida pública não impediu Cavaco nem Constâncio de, enquanto dirigentes partidários, terem acordado na revisão constitucional mais importante para as liberdades económica e financeira. Só que o sistema constitucional ilógico encarregou-se de minimizar os efeitos positivos da revisão, sobretudo depois de restaurada a convertibilidade cambial em 1992. Assegurada a estabilidade nominal adiaram-se reformas estruturais quando não se reverteram, de maneira que os custos do endividamento externo já eram evidentes antes da crise global de 2008, obrigando o governo a recorrer ao financiamento externo no quadro do primeiro programa de ajustamento económico-financeiro sem desvalorização nominal.

Infelizmente, o Tribunal Constitucional seguiu uma “jurisprudência de crise” sem paralelo na OCDE, invertida no quadro da solução política no período subsequente às eleições de 2015, durante o qual forças antieuropeias apoiaram um governo pró-europeu, retirando a maioria à coligação mais votada<sup>30</sup>. A promessa de reverter a austeridade para tornar o ajustamento sustentável, do ponto de vista económico e social, poderá ter conseguido não violar o código de conduta orçamental europeia mas alargou o enorme aumento dos impostos directos ao dos indirectos, com um prejuízo para o bem-estar dos cidadãos agravado pelas limitações artificiais na concretização de despesas públicas essenciais – com implicações agravadas pelo choque global da pandemia.

Mesmo quando a maioria parlamentar é obtida à custa de partidos que desprezam a liberdade financeira dos cidadãos, esta solução política recolhe o consenso dos órgãos de soberania, incluindo o referido tribunal. Como terá a cultura cívica convivido com formas diversas de pressão externa? Na comunidade de segurança do Atlântico norte, a assimetria entre os EUA e os restantes membros permite-lhes a “boleia” no provimento do bem público comunitário reforçando a desvantagem comparativa destes na governação global, para mais numa UE privada do Reino Unido (e vice-versa). Acresce a esta atmosfera internacional uma pandemia que alarga o âmbito da segurança física e mental muito para além da experiência anterior em tempos de paz.

Entre nós, a reversão de reformas relevantes nos mercados de bens, serviços e factores de produção prejudicou a competitividade a longo prazo da economia portuguesa enquanto o correlativo aumento de impostos e diminuição da qualidade dos serviços públicos prejudicaram o bem-estar dos cidadãos. Acumulando-se embora

---

<sup>30</sup> Ribeiro e Coutinho, 2014. No verão de 2019, o *Financial Times* viu-nos como “esperança da Europa” mas felizmente o compatriota Pedro Caetano veio pôr água na fervura do periódico cor-de-rosa!

as dúvidas quanto à sustentabilidade das reversões operadas, e da constituição financeira que as suporta, de maneira a reiniciar a convergência com a média europeia interrompida no início do século, não há como abdicar da “ideia portuguesa da Europa”. Essa ideia que, desde a Bula, alavanca o nosso “saber continuar”.

Até pela respectiva jurisprudência, a “crise” permite concluir esta viagem de *Constantes* a *Destino* comparando revoluções e continuidades em Angola, Guiné, Moçambique e Portugal na linha da “não-capa” 3. Não sei se a pandemia aproxima ou afasta as duas uniões continentais nem de descobrir que óptica euro-africana levou à recente renovação do acordo de Cotonu. Já quanto a decidir como colecções históricas e científicas podem confortar continuidades em vez de acicatar revoluções nacionais, a minha resposta decorrerá de questão mais perturbadora: será a tendência para enaltecer a revolução mais recente, que a “situação” tem por “nossa” - ao ponto de tornar o passado “imprevisível” uma das continuidades onde se fala português?

O ciclo virtuoso entre globalização e governação foi posto em causa pela instabilidade resultante da crise financeira de 2008, animando o interesse de confrades das classes de letras e ciências e outros colegas pelas “guerras de cultura”, nomeadamente económica, que pareciam querer redescobrir o bom governo em economia aberta, recorrendo à memória das vagas de globalização. Neste contexto, tratar-se-ia de combinar lusofilia e silofobia, evitando a corrupção do passado e do presente, que choques externos adversos podem prolongar sobretudo se a política externa favorecer lusofobia assente em silofilia - ainda que disfarçadas. Especificar numa perspectiva estrutural a duração das políticas externas destes quatro países tão diversos ajudaria porém a capturar duas características essenciais da globalização em português: “a concepção do espaço e da cultura, o espaço geográfico e o de mentalidade, num estudo de convergência que nunca se poderia esgotar no político, mas que este exprimiria como um conjunto de significações o mais lato possível.” Barata (2004a, XIX), que continua com uma das frases que mais gosto de citar: “daí que defendesse, em muitos passos das suas aulas e das suas obras, que o sentido das opções internas de Portugal muitas vezes só se tornava perceptível e diferenciado no delineamento de uma política externa.”

### **CONCLUSÃO: CONTINUIDADES EM ANGOLA, PORTUGAL E MAIS DUAS REVOLUÇÕES**

Tendo começado com Angola, compreende-se que acabemos com as quatro revoluções impactadas por Abril, em plena guerra fria. Durante os primeiros dezanove meses, pode aplicar-se ao Movimento das Forças Armadas o eufemismo camoniano acerca de Jacó que “não servia o pai, servia a ela, que a ela só por prémio pretendia”: as experiências anteriores de descolonização europeia, mesmo as mais turbulentas, não sofreram de tamanha ilusão relativamente à guerra fria e à planificação do desenvolvimento.

No caso de Angola primeiro, onde existe uma consciência autonomista secular. Conseguí que o filho escrevesse sobre seu pai, explicando a continuidade centralista em Angola que ele apresentava no livro que lá escreveu no fim da monarquia: “A condição, no princípio do século XX, para assegurar o percurso dessa unidade recente, com uma Europa cujos estados também lutavam pelo aumento dos seus poderes em África, assentava na sua ligação a Portugal. Por outro lado, a melhor garantia para o

seu pleno aproveitamento era que Angola se administrasse em regime de autonomia...(que) tinha inúmeros apoios em todas as camadas que constituíam a sociedade angolana.” (Macedo, 1988; 31). Vai na mesma linha o título de Christine Messiant (1947-2006) citado por Rocha em Macedo et al. (2021b, 40) ao qual aludi acima: “Em Angola, até o passado é imprevisível” (2000).

Assim, em continuidades ou revoluções, globalização em português implica não só que “os portugueses prossigam a sua marcha, na independência que criaram, defenderam e pela qual tantas vezes souberam morrer.” (Macedo, 2005b, 100) mas também que “(Só ficou) o princípio da soberania política em que os povos nunca se enganam, mesmo quando a perdem. Fez angolanos, moçambicanos ou guineenses. Irá perdurar porque têm expressão própria.” (*ibid.*, 30)

As duas citações são enquadradas pela poderosa comparação de abertura: “O último ano do terceiro quartel do século XX assiste à entrada do exército vietnamita em Saigão, no Vietname do Sul, e ao arrear da bandeira portuguesa em Luanda, Angola. Na sua inconfundível diversidade, os dois factos são as duas faces de um processo idêntico, ainda que de caminhos muito diversos. Para fins propagandísticos, deu-se-lhe o nome ofensivo de ‘descolonização’ ou de ‘luta contra o colonialismo’. No entanto, o conteúdo do termo não é muito claro. Assim como não é muito fácil analisá-lo, em profundidade, sem considerações sociológicas, religiosas, geopolíticas e económicas, além de culturais e de civilização...A paz do Vietname foi superiormente negociada, não segundo os preceitos hegemónicos e brutais do vencedor indiscutível, teórico da rendição incondicional, mas através de um conceito realista e subtil de equilíbrio de forças” (*ibid.*, 27 ss).

Os exemplos oferecidos permitem descobrir padrões seculares e corrigir ideias feitas, mas não se pode ignorar que, pelo menos desde 2008, despertou o interesse de confrades e outros colegas pelas já referidas guerras de cultura económica. Não é preciso invocar Bourdieu nem Tett para reconhecer “guerras tribais” que a organização social tolera, quando não encoraja, até porque, repete-se, a aplicação favorita é no sistema financeiro, cuja estabilidade era presumida por causa da sua complexidade (Macedo et al. 2020, 269 nota 142, 628).

Voltando a história, veja-se que, depois da restauração de uma política externa própria em 1640, a resposta às invasões francesas provocou revoluções no Brasil, em Portugal e noutros países de língua portuguesa ao longo dos últimos 200 anos. De novo, é “preciso saber ter memória” para perceber as vagas da globalização em português, aqui a florada na linha de Macedo (1985, citado em Macedo, 2005b, 251). Os dois vizinhos ibéricos estão aliás a comemorar os 500 anos da primeira viagem de circum-navegação, entre 1519 e 1522, sabendo-se que o comandante português morreu nas Filipinas em 27 de abril de 1521. No que toca a África, quer militarmente - como demonstram Ceuta e Alcácer-Quibir - quer do ponto de vista económico, científico e cultural das navegações pelo mar oceano, a pandemia em curso não interrompe o interesse por mapas e pela experiência portuguesa de “exportação do Estado” (Macedo, 1996).

Julgando avizinhar-se “uma “crise geral e global do capitalismo” passados vinte anos sobre a conferência afro-asiática de Bandung, o Movimento das Forças Armadas rejeita o socialismo da Europa oriental e a social-democracia ocidental em favor do

terceiro mundismo desenvolvimentista (Macedo, 1994). Sendo assim, a indecisão metropolitana do MFA cabe tanto nas “revoluções e continuidades africanas” como a luta armada pela independência de Angola, Guiné e Moçambique e as guerras civis prolongadas que se seguiram. Será isso dizer bem do 25 de Abril, à la Medina (como avisava a nota 22 acima)? Como vivi esse dia no Estado Maior do Exército (Macedo, 2014b), só posso concordar!

## **REFERÊNCIAS (INCLUINDO 2 ANÚNCIOS, 3 DATAS, 5 CAPAS E 3 NÃO-CAPAS EM MAIÚSCULAS)**

ACL 1981, *Portugal: um estado de direito com oitocentos anos: Bula Manifestis probatum de 23 de Maio de 1179*, edição bilingue;

Acemoglu, Daron e James Robinson 2012 *Why Nations Fail*, NY

Albino, Teresa 2008 org *Saber Tropical 125 anos*, IICT (com DVD);

- 2010 org *Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, IICT - Jardim Botânico Tropical;

Arola, Mika 2006 *Foreign capital and Finland: Central government's first period of reliance on international financial markets, 1862-1938*, Banco da Finlândia;

Baptista, Fernando Paulo 2017 *Homenagem ao Papa Francisco por ocasião da sua vinda a Fátima*, Crença e Razão;

Barata, Maria do Rosário Themudo 2004a, *Elogio do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996)*, APH, pp. 55-104; **DATA 1 E CAPA 1**

- 2004b *Professor Doutor Jorge Borges de Macedo. Legado Bibliográfico*, Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa;

- 2021, “Jorge Borges de Macedo - a busca da sabedoria”, APH.

Besley, Timothy e Torsten Persson 2011 *Pillars of Prosperity*, Princeton

-, 2019 “State Capacity, Reciprocity and the Social Contract”, *CEPR Discussion Paper* nº 13968, Agosto;

Blockmans, Willem Pieter; Jorge Borges de Macedo; Jean-Philippe Genêt 1996, *The heritage of the pre-industrial European state: the Origins of the Modern State in Europe, 13th to 18th century*, Arquivo da Torre do Tombo;

Boxer, Charles R. 1965, *Portuguese society in the Tropics - The Municipal Councils, Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*, Madison.

Brunnermeier, Markus Harold James e Jean-Pierre Landau 2016, *The Euro and the Battle of Ideas*, Princeton;

Câmara, João de Sousa da 1973 *A Banca em Contestação*, edição do autor;

- 1998, *Inocência Camacho. Governador do Banco de Portugal: 1911-1936*, APH (Estudos Históricos) **DATA 3**

- 2019, *Salazar e o saneamento financeiro*, Leya **CAPA 3**

Canas, Ana, Conceição Casanova, Ângela Domingues e Pedro Pina Manique 2005, “É preciso sabermos ter memória!”, Mesa Redonda, Comunicação e Debate in Macedo (2005a), pp. 169-200;

Cardoso, José Luís 2013 “Jorge Borges de Macedo: problems of the history of portuguese economic and political thought in the XVIII century” *E-journal of Portuguese History*, 11, 2. (tradução livre do publicado em Macedo et al 2009, p.45-53)

Cleveland, Harold van B. e Thomas F. Huertas, 1985 *Citibank, 1812-1970*, Harvard;

Cooper, Richard 1965, *Economics of Interdependence*

Faria, Ana Maria Homem Leal 2007a “Lançamento no Arquivo Histórico Ultramarino” in Edição Especial “Jorge Borges de Macedo: 10 anos depois (1996 – 2006)”, *Negócios Estrangeiros*, nº 11.4, pp. 103-17; **CAPA 4**

- e Isabel Drummond Braga (coordenadoras) 2007b *Problematizar a História - Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Caleidoscópio.

Fellner, William editor 1967 *Ten Economic Essays in the tradition of Irving Fisher* John Wiley & Sons.

Figueiredo, Xavier de 2018 *O Último Ultramarino*, Leya

*Financial Times* 25/08/19 editorial <https://www.ft.com/content/4d36d9cc-bd0f-11e9-b350-db00d509634e>

- 23/09/19 carta do leitor Pedro Caetano, Abingdon, Oxfordshire <https://www.ft.com/content/579fd882-d943-11e9-8f9b-77216ebe1f17>

IICT, 2010 *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, Catálogo da Exposição no Jardim Botânico Tropical;

Kei, Nakaji 2006 “Recensão a *Celebrating Irving Fisher, the Legacy of a Great Economist*, organizado por Robert W. Dimand e John Geanakoplos, Blackwell 2005”, *The Economic Journal of Takasaki City University of Economics* vol.49;

Lencastre, Armando de 2012, *Evolução - Cristo: O Alfa e o Ómega - O Princípio e o Fim*, Leya;

Lubich, Chiara 2004, Mensagem dos Focolare in Myers e Barber, 16;

p. 16 Macedo, Ana 2010, *Jorge Borges de Macedo Privado e Publicado*, IICT; apresentado no Jardim Botânico Tropical por José Brissos; **CAPA 5**

- 2011, *Caras e Citações Uma interpelação estética sobre Universidade, Cultura e Desenvolvimento*, FLL e IICT; **NÃO-CAPA 2**

Macedo, Branca Braga de 1997 “Agradecimento da família”, *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº 24, pp. 33-36.

-, Jaime Gama, Jorge Braga de Macedo e José Brissos, 2021a *Jorge Borges de Macedo Obras Escolhidas* Edição do Centenário, Fundação Calouste Gulbenkian, **ANÚNCIO 2**

Macedo, Jorge Borges de 1974, “Elogio de José Azeredo Perdigão”, *Sete Doutoramentos Honoris Causa pela Faculdade de Letras*, pp. 69-80;

- 1981, “Constantes da história de Portugal”, ACL, p. 41-46 separata;
  - 1982, *Damião de Góis et l’historiographie portugaise du XVIe siècle*, Paris ;
  - 1985, “A Conferência de Berlim cem anos depois”, *Revista Democracia e Liberdade*;
  - 1988, “Uma Reapresentação” ver Macedo (1910);
  - 1990, “Portugal um Destino Histórico”, *Primeiras Jornadas Históricas da Espanha e de Portugal*, APH, p. 263-318 separata;
  - 1994, *A Experiência Histórica Contemporânea*, edição do autor 124 páginas (reeditada em 2005b, 25-100);
  - 1996, “The Portuguese Model of State Exportation” in Blockmans et al.
  - 1999, “Portugal um Destino Histórico”, Apresentação de Joaquim Veríssimo Serrão, APH separata 88 páginas;
  - 2006, *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força: Estudo de geopolítica*, Instituto de Defesa Nacional, 2ª edição (1ª 1987);
- Macedo, Jorge Braga de 1970 *A Dívida Externa Portuguesa* (separata com 511 páginas *Ciência e Técnica Fiscal*, nº 132-7;
- , 1977 *Interdependência Económica, Sistema Monetário Internacional e Integração Portuguesa*, Banco de Fomento Nacional;
  - , 1980 *Portuguese Currency Experience. An Historical Perspective, Estudos em Homenagem a J. J. Teixeira Ribeiro*, vol. IV, Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito, 1980, separata
  - , 1992 “Economia, Ética e suas Implicações de Política”, in Serrão et al. 1992, 613-22
  - , Barry Eichengreen e Jaime Reis 1994 (orgs) *Convertibilidade Cambial*, Banco de Portugal (existe versão francesa, Routledge 1996)
  - , 2001 “Globalisation and Institutional Change: a development perspective”, *Globalisation, Ethical and Institutional Concerns*, edited by Edmond Malinvaud and Louis Sabourin, Vatican: Pontifical Academy for Social Sciences, 223-68.
  - , 2004 “Chiara Alegria”, link em <http://www.jbmacedo.com/memories.html>.
  - , 2005a “*Centésimo* catorze anos depois”, apresentação na Associação Cristã de Empresários e Gestores, disponível em <http://www.jbmacedo.com/papers/mai05.htm>
  - 2005b (organizador), *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* (inclui reedição de 1994), Instituto Diplomático do MNE; **DATA 2 E CAPA 2**
  - 2008, “Economic Advice and Regime Change in Portugal”, *Challenges Ahead for the Portuguese Economy*, Francesco Franco (org), ICS, 201-29;
  - , Luciano Amaral, Álvaro Ferreira da Silva e António Castro Henriques 2009 (organizadores) *Nove Ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo*, Tribuna da História; **NÃO-CAPA 1**
  - 2011 “Global crisis and national policy responses: together alone?”, *Ética, Crise e Sociedade* coordenado por Michel Renaud e Gonçalo Marcelo, V.N. Famalicão, Húmus, pp.91-159;

- 2013a, “Economista Militante”, *Notas Económicas*, Faculdade de Economia de Coimbra (atualização de “Texts prepared for delivery at Paul Krugman’s honorary doctorate by three Lisbon universities on 27 February”, *NOVASBE Working Paper* nº 566);
- 2013b, “António Manuel Pinto Barbosa Economista e Governante, com Pedro Soares Martínez e Manuel Jacinto Nunes” *NOVASBE Working Paper* nº 577;
- 2014a, *Globalização e Governação: uma perspetiva portuguesa”, D’aquém, d’além e d’ultramar Homenagem a António Dias Farinha*, organizado por Francisco Contente Domingues, José da Silva Horta e Paulo David Vicente, volume II, capítulo V, pp. 1771-1804
- 2014b “Gabriel Espírito Santo (1935-2014) o meu tenente coronel de abril”, *Revista Militar* nº 2554, Novembro, 1035-6 (reproduzido em 2017b)
- 2015a, *Writing to Queens while Crises Proceed*, 2ª edição 2015 (última publicação do IICT);
- 2015b, “História e Saber Tropical: Memória de Gago para além das suas políticas”, *NOVASBE Working Paper* nº 595, Agosto
- 2015c, De Mariano Gago a Damião de Góis via Borges de Macedo, *Nova Cidadania* 57, Outono, pp. 57-73 (seção 1 da rubrica anterior)
- 2016, Memória de Gago para além das suas políticas, *Nova Cidadania* 59, Verão (seções 2 e 3 de 2015b)
- 2017a “Diversidade da Lusofonia, no Espaço e no Tempo”, in Baptista cit. pp. 417-8, resumo de “Carta à Rainha Lusófona: Esboço e Justificação” *NOVASBE Working Paper* nº 611.
- 2017b “Elogios e Memórias de economistas – e não só Parte 1: depois da crise” *NOVASBE Working Paper* nº 612.
- 2017c “Elogios e Memórias de economistas – e não só Parte 1: antes da crise” *NOVASBE Working Paper* nº 613.
- 2018a, *Macro de Economia Aberta: Ensino e Prática depois de Abril*, LeYa para ACL (revisão de *NOVASBE Working Paper* nº 619 comemoração dos 40 anos do *Simpósio de Estudos Keynesianos ACL 1981*);
- 2018b, “Antevendo mais lusofonia e outras memórias lusófilas”, *NOVASBE Working Paper* nº 622
- 2019 “Cem Anos de Crédito Externo da República”, *NOVASBE Working Paper* nº 631
- 2020 “Manela Planeadora Sublimada”, homenagem a Manuela Silva, Centro de Reflexão Cristã 11 Janeiro disponível em [www.jbmacedo.com/papers/manelasilva.pdf](http://www.jbmacedo.com/papers/manelasilva.pdf)
- , Nuno Cassola e Samuel da Rocha Lopes 2020 *Por onde vai a Banca em Portugal?*, Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- , com Manuel Alves da Rocha e Maria Manuel Romeiras 2021b (orgs) *Globalização em português revoluções e continuidades africanas*, Principia para FAM; **NÃO CAPA 3**

-, 2021c “2 anúncios, 3 datas e 5 capas”, palavras finais na sessão comemorativa do centenário de Jorge Borges de Macedo, APH, 17 de março;

Macedo, José Pinto de 1910, *Autonomia de Angola*, reeditado IICT, 1988 e 2008 (com uma reapresentação por Jorge Borges de Macedo e Cátia Miriam Costa);

Macedo, Maria Luiza de 1986, “Para uma política de Conservação de Livros Impressos em Portugal”, *5º Centenário da Imprensa em Portugal*, Biblioteca Nacional;

- 2014, «Projeto de informatização, digitalização e divulgação do Arquivo Histórico Científico e Académico da Academia das Ciências de Lisboa», Encontro Arquivos Científicos, FCSH NOVA.

Matos, Álvaro da Costa 2021, "Acerca da historiografia de Jorge Borges Macedo: constantes e linhas de força", APH;

Matos, Sérgio Campos 2016 (org), *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, por Maria do Rosário Themudo Barata, pp. 1-17, [http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores\\_macedo.htm](http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_macedo.htm)

- 2021, Homenagem a Jorge Borges de Macedo, ACL, 13 de maio, **ANÚNCIO 1**

Mendonça, António mais quatro 2018 (coords), Estudos de Homenagem a José Silva Lopes, Almedina;

Mendonça, Manuela 1991 (coord) *Jorge Borges de Macedo. Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*, pesquisa e organização José Brissos, Ana Cannas e Ana Garcia, Colibri;

Messiant, Christine 2000 “Em Angola, até o passado é imprevisível: A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades actuais de investigação” in Jill Dias, Rosa Cruz e Silva et al. (orgs.), *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 803-59.

Ministério das Finanças 1991 *Assegurar a Convergencia com a Comunidade Europeia: um Objectivo da Política Económica do XII Governo*, Dezembro;

- 1992 *Política económica global: os primeiros seis meses*, Lisboa, Maio;

- 1993 *A Política Económica Global em 1993*, Janeiro;

Myers, Sondra e Benjamin R. Barber 2004 (orgs) *The Interdependence Handbook: Looking Back, Living the Present, Choosing the Future*, International Education Debate Association;

Pina, Luiz Maria da Câmara 1981 “Nota Limiar”, ACL pp.7-8

Ribeiro, Gonçalo Almeida e Luís Pereira Coutinho 2014, *O Tribunal Constitucional e a Crise*, Almedina;

Rocha, Manuel Alves e Justino Pinto de Andrade 2021 “Angola meio século depois: revoluções e continuidades” in Macedo et al. 2021b, 39-62,

Rodrigues, Miguel Jasmins 2008 *Futuro e História da Lusofonia Global*, IICT

Serrão, Joaquim Veríssimo 1981, “Portugal um Destino Histórico”, ACL pp. 47-51;

-, Maria Luísa F. Braga, Vítor Santos Gonçalves e Maria do Rosário Themudo Barata 1992 (coords) *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, IN-CM.

Silva, Fernando Emídio 1937, “La politique monétaire du Portugal”, *Revue de Science et Législation Financière*.

Tett, Gillian 2015, *The Silo Effect: the peril of expertise and the promise of breaking down barriers*, Simon and Schuster.

## ILUSTRAÇÕES (REFERÊNCIAS E FOTOS)

ACL 1951, capa	2
APH 1988, capa	2
Macedo <i>et al.</i> 2021a, capa	3
Macedo 1982, foto fora do texto	5
Macedo 2014, foto p.1800	5
Macedo <i>et al.</i> 2009, “não-capa” 1	6
Macedo 2011, “não-capa” 2	7
Macedo <i>et al.</i> 2021b, “não-capa” 3	7
<i>Monocle</i> 2012, capa	7

### Fotos 1 e 2: APH (29/09/04):

presidente e Justino Mendes de Almeida (1924-2012);

assistência:

filha e viúva na 1ª fila 1º e 3º lugar da direita ,

neto Jorge de La Barre 2ª fila 1º lugar.

### Foto 3: JBT/IICT (16/03/10), pais e filha na exposição.



## ANEXO TRADUÇÃO REVISTA

### CONSTANTS OF THE HISTORY OF PORTUGAL<sup>31</sup>

Jorge Borges de Macedo, Professor of History at the University of Lisbon

We are commemorating the centenary of the Bull «Manifestis probatum», which contains what we may consider the recognition of Portugal's independence by the highest international body at the time: the Papacy.

To begin with, we stress two relevant aspects of this fact. The first is the motive of such recognition: independence receives papal confirmation because it was proved to have been deserved, not as an indulgence. The second aspect is our being gathered here 800 years after that fundamental declaration. During eight hundred consecutive years, year after year, we Portuguese have proved, quite clearly, that the Bull rested on a transcendental and profound truth, in the sense that independence was enabled beyond the circumstances of the time in which it was recognized. It remained alive and effective through such a long period. And it did not rest solely within the strict, albeit essential, field of political nationhood. It projected itself well beyond its own frontier, into Africa, India, America, China, Japan; it is lived in the creation of a culture and of a language, in the definition and guarantee of the oldest metropolitan border in the world.

Therefore, upon commemorating the centenary of the Bull «Manifestis probatum», we should pay attention to the event and discover its profound significance, in both the immediate environment and its continuity. It is not enough to simply think about what made our independence possible; we must also verify that it was upheld and indeed that the area of its presence broadened to the point that, more than once, it became an advance guard of the European and Christian spirit in the world. On this eighth centenary, we should think about which forces have gained prominence throughout our history; analyze the constant lines emerging from the existence over eight centuries of our nationality, formed and defended across an area whose significance grew in the course of its public realization. Nor is it of lesser importance to find out that, as the capability with which the Portuguese defend their independence grows, it also becomes ever more profound and significant. Ever more significant and creative: ours is not only an independence that survives. It is an independence that enriches itself.

Which lines have therefore emerged during our centuries-old history? What constants have guided us along this already lengthy existence? What human constants have we managed to express? What forces has our nationality resorted to, formed, and consolidated in the Western extreme of Europe, on the Atlantic that we helped to integrate within the European space? These are questions which, irresistibly, present themselves to us. How can we reply to them, even if only hints or topics?

---

<sup>31</sup> The Portuguese original in *Portugal um estado de direito com oitocentos anos, Bula Manifestis Probatum de 23 de Maio de 1179*, published by the Lisbon Academy of Sciences in 1981, pp. 41-46, was translated *ibid.* pp. 107-112. At the 30 January 2014 session, João Carlos Espada found one last reprint and showed it to the author's son, who revised the translation and posted it at [www.jbmacedo.com/papers/bula.pdf](http://www.jbmacedo.com/papers/bula.pdf). It was revised again on 7 April 2021, when it was compared to the original volume, where the author was named "José". The 81 changes that were marked \* are available but are not shown to make reading easier in the context of the author's centennial.

Start with two initial constants in Portugal's historical life. They are to be found, on the one hand, in our geographical position which should, after all, be considered variable in the light of the techniques known to Man; in the various political regimes by which we have been governed and in accordance with the circumstances of the exercise of power; in the systems of production and distribution of wealth which were established among us and which have undergone change in considerably fortuitous circumstances before exhausting their possibilities; in the different forms of culture and of access to culture already attained in our midst; it is in all these constants that we find the two points in which we have always achieved expression: the undeniable and unmistakable will to achieve political independence; a profound and unmistakable confidence in our capacity to conquer and maintain that independence, whatever the odds there may have been for or against it. The bases for these characteristics of the national conscience have varied: from their expression of belief in the concrete presence of Providence, to the legalistic argumentation of positivism, from Sebastianism to the theorization of Portugality. This attitude is evident in all the manifestations of national conscience. It is a constant of the Portuguese way of being.

These certainties have guided the Portuguese people in all the great events of its history. On occasion, the elites in the enjoyment of the usufructs of power may, in the circumstances of national life, find themselves in the hands of leaders more or less skeptic, more or less convinced that their maneuvers of style will be capable of outflanking or attenuating this profound sentiment, thereby facilitating their own projects. However, confidence in their independent destiny always ends up prevailing among the people thereby orienting national rulers.

Indeed, there are many foreign observers who acknowledge this indisputable confidence of the Portuguese in their independence and in the possibilities of upholding it. Be they literary men like Philéas Lebesgue or Don Miguel Unamuno, military men like Schomberg and Beresford, historians like Livermore or Sandro Sideri, to mention contemporaries only. In the latter case, all have been impressed by this historic confidence of the Portuguese in their capacity to find their own independent solution to their problems. In practice, we conceive of no other alternative. And if, on occasion, more immediately self-interested elites allow themselves to be overcome by the opportunism of protected solutions outside of the national nexus, never ever has such confidence disappeared from the national body. Even in the worst moments, the environment in which national solutions were upheld was created or maintained. The Nation has always found responsible people to give concrete form to those solutions and carry them out.

A third constant in the history of Portugal arises here — one so clear that its relevance is obvious. A country situated in the extreme West of Europe, with scant erudition, never lacked the ability to bring forth leaders, whether local or national, to undertake the defense of its national political orientation, to give expression to the necessary alternatives, and carry them out. Portugal is a nation that has always created curious conditions for finding the necessary routes to its independence. Under this aspect, Portugal presents, in the course of its history and in the face of choice between different ways, an exceptionally rich and uplifting sequence of options. Let us look at the alternative that presented itself to King Afonso Henriques — the alliance with Galicia or the march to the South; the alternative represented by Afonso III

against Sancho II, in the mid-13th century, or shortly thereafter, in the face of the struggle with Castile for the possession of Algarve. Let us cite the so famous, and so much referred to, crisis of 1383-1385, which was solved in a clear national attitude. Let us cite the political strife in the 15th century, between the excesses of the regional autonomies and the need for a disciplinary royal power. Let us cite the reconstitution of the national wealth towards the end of the 17th century — before the access to gold — through the expansion of the agricultural area for the production of good quality wines, and the consolidation of sugar production in Brazil. Let us also cite, in the 19th century, the re-structuring of public administration, between 1850 and 1880, which made it possible to multiply State revenue and face essential requirements for the defense of Portuguese interests. Let us cite the reconstitution of national wealth, brought about in the 20th century. In all the grave moments of the history of Portugal, a body of responsible people upheld Portuguese possibilities in their essentials, safeguarding them for timely and victorious application. Let us cite the Movement of Regeneration of 1851, conceived and put into practice precisely when there were, in Europe, favorable conditions for the financial and development policies favored by the Portuguese rulers. And so on.

The country has always revealed the political maturity essential for finding its own solutions. And, more important, such solutions are not always similar or easy, derived from ready-made models. When these involved foreign tutelage, they were always rejected and replaced. Throughout its history, Portugal reveals itself in a series of original and corrective political modifications, adequate to its collective sensibility, and this makes Portuguese history extremely rich in teachings of permanent national scope and also of great value in comparative history.

If we move from the analysis of political constants, which reflect this capacity to create the necessary and audacious elite, to the search for constants in social history, we find two such constants, both prominent and well defined. The first is our infinite patience and ability to wait which has nothing to do with the passivity that many would like it to be and which makes us cautious in the execution of necessary acts. The second is our insistent practical verification of the privileges granted or attributed, the social mobility within the Portuguese community which assimilates and promotes new cadres and families whether through ennoblement or through reward, through access to public posts or through economic, cultural, regional, political promotion. Portuguese social mobility is a symptom and a characteristic of Portuguese history which is often forgotten and which has led observers —curiously enough, most of them nationals — to believe they could apply models conceived for other societies where the reality of constant promotion is not as deeply ingrained or favored as it is in Portugal. This fact explains the indifference of the Portuguese towards the class struggle, once our way of life consists in the raising of social standards and not in the improved maintenance of that into which one is born. Is this good? Is it bad? What is evident is, in any case, our indifference to the social classes to which we belong and, also, all our effort never to take them as final, in the hope of improving or justifying them.

In this way we reach the basic characteristic of our history, which makes it an echo of our national conscience and the victorious expression of our intrinsic way of life. It explains why we — true Portuguese that we are — always consider what unites us to be more important than what divides us. It is this way of thinking and of feeling

that characterizes the Portuguese people and the definitive and always efficient way in which we know how to defend and distinguish friends from enemies. Portugal's solutions and victories are always successes and victories of the national unity over division. This is, to us, an evident truth that derives from all that we have done. Had we applied to the ships that went to India the principle of division over that of unity, we would never have arrived or remained there. Had those who populated the Huila plateau clashed and fought over their divergences and had they been indifferent to necessary unity, they would not have remained invincible there for a century and a half. The national solutions were always those of unity and convergence, never of hatred and division. The ultimate constant that marks our history and has guided us is that unity always ends up prevailing over hatred and division. It has, indeed, been an essential constant.

These facts — and they are facts — make of the history of Portugal a model which is extremely rich in lessons and resources for understanding how a nation is built and defended and how the risk of losing it is managed. To survive, the Portuguese have always found the road to unity. Thereby our fundamental vocation for the discovery of the World and the building of nations was found.

This is why it can be said that the Portuguese people have not contradicted the reasons on which the Bull «Manifestis probatum» rested. The history of Portugal proves that the Portuguese, among other characteristics of persistence and toil, have always shown the capacity, which the Papal Bull acknowledged, to make use of political independence in the defense of the common good.

The Bull «Manifestis probatum» was right in recognizing our national maturity which has shown itself to be vigorous, determined and enlightened. Here we are, independent, to say so eight hundred years after the concession of our independence by the benevolent Holy See. We are, and deserve to be, independent. As we did eight hundred years ago.

**Nova School of Business & Economics**  
Campus de Carcavelos  
Rua da Holanda 1  
2775-405 Carcavelos | Portugal  
**novasbe.pt**

Accredited by



Member of

